

190  
**D. Balduino fala de repressão na Funai**

"É um pessoal que coa mosquito e engole camelo, ou seja a posição farisalca de homens que sabem onde está a corrupção, onde está o crime, onde está a desmoralização da coisa pública" assim se referiu citando o Evangelho o bispo de Golás dom Tomás Balduino às acusações feitas por membros do Governo ao ativismo político da Igreja. O propósito delas para o religioso é desviar a atenção de dramas maiores com que vive a população, como a questão do INPS.

Dom Tomás esteve ontem em Curitiba para participar de um ato público pelos índios Kaingang e Guarani de Manguaerinha, no Sudoeste paranaense que disputam na Justiça terras com o grupo Industrial Slaviero. Outro bispo, que deveria também chegar a esta Capital era Dom Pedro Casaldáliga, que foi obrigado a permanecer na sua região do Araguaia, em virtude da prisão recente em São Geraldo de alguns missionários e 13 posseiros. Segundo pessoas que participaram na divulgação do ato público, vários cartazes a ele referente foram riscados e rasgados pela cidade, inclusive um grupo recebendo voz de prisão de elementos armados e a palana, quando colava cartazes perto da rodoviária velha. Estes se identificaram como pessoas da segurança do Palácio Iguaçu, que após alguma conversa liberaram as pessoas, ligadas a Igreja e organizações de defesa indígena.

**REPRESSÃO DENTRO DA FUNAI**

Dentro ainda do atual Governo se iniciou uma repressão dentro da própria Funai. Isso se verificou, conforme o bispo de Golás com a demissão em massa de 32 antropólogos, porque enviaram uma carta ao ministro do Interior em favor dos índios, que foram substituídos por militares.

O mais recente resultado de toda esta política, diz dom Tomás é a revisão dos critérios de indianidade, na atual administração João Nobre de Velga, por ela a Funai: "encurralada ante os direitos dos índios as áreas ocu-



**O bispo fez sérias denúncias.**

padas por eles a Funai chega com uma régua para medir quem é índio". Dentro disto é natural a repressão em cima de missionários, sempre a propósito de problemas de terras.

**ORQUESTRAÇÃO**

Para o bispo, está sendo orquestrada no país uma acusação, querendo insinuar por exemplo, que a área do Araguaia estaria voltada a guerrilha. O religioso vê nisto junto com as depredações de ônibus na Bahia e sua interpretação simplista, como a criação de um clima estranho no Brasil. Estes dois últimos acontecimentos, a repressão a populares em Salvador e a religiosos no Araguaia, somados ao acontecimento do Riocentro, colocam a suspeita de atuação de "elementos interessados no endurecimento".

Existe por outro lado, para dom Tomás é um avanço por parte da população, incluindo os índios no sentido de sua autodeterminação. Isto pode ser identificado pelas vitórias crescentes das oposições sindicais ou "até as crianças em Ronda Alta rejeitaram os bombons do major Curió". "Atribuir tudo isto a Igreja é dizer que este pessoal é mente-captó", afirmou dom Tomás.

"Está havendo uma repressão muito forte aos missionários que foram expulsos da Paraíba, do Acre e ultimamente do país e Amapá", afirmou dom Tomás Balduino. Estes missionários estão proibidos de contato com os índios, o que segundo o bispo

de Golás afeta a própria pastoral da Igreja.

De acordo com dom Tomás a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) não aceita que membros da Igreja fiquem nas regiões indígenas simplesmente na condição de assessores", a serviço mal pago pelo órgão". A CNBB defende as palavras de sua visita ao Brasil, de que aos índios que foram os primeiros habitantes desta terra seja assegurada o direito de habitá-la, em paz, tranquilidade e serenidade.

**FECHAMENTO**

Sem falar em nome da CNBB, dom Tomás Balduino por outro lado caracterizou que está havendo um fechamento da política da Funai para os índios, no sentido do "descumprimento da lei, que é muito claro no reconhecimento do direito a terra dos indígenas. Contudo, afirma o bispo: "desde o Governo Giesel, começaram os esquemas casuísticos de burlar a lei". Haveria assim um processo iniciado com a tentativa de uma pretensão lei para a emancipação dos índios, que seria na verdade uma "emancipação das terras dos índios". Já no atual Governo segundo dom Tomás, surge a descentralização chamada desestadualização, o que devolveria a problemática indigenista à "política de província". Com isto quando ocorriam problemas com terras dos índios, quem era "convidado a mesa eram políticos da área estadual, em geral os maiores interessados nas terras".